

Inquérito Civil nº 06.2019.00000461-5

TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, por sua 3ª Promotoria de Justiça da Comarca de Camboriú, Curadoria do Meio Ambiente, representada pela Promotora de Justiça **Andrea Gevaerd**, ora **celebrante**, no exercício das atribuições que lhe são conferidas por lei, com fulcro no art. 127, *caput* e no art. 129, incisos II e III, da Constituição Federal; no art. 97, da Constituição Estadual; no art. 25, inciso IV, da Lei nº 8.625/93; no art. 5º, § 6º da Lei nº 7.347/85; e no art. 83, inciso I, da Lei Complementar Estadual nº 197/2000, e a **Serraria Braço de Camboriú Ltda. ME**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 10.601.413/0001-85, com sede na Estrada Geral do Braço, 16.700, Bairro Braço de Camboriú, Camboriú/SC, neste ato representada por seu sócio administrador **Laerte Santos Dalago**, brasileiro, casado, empresário, inscrito no CPF nº 795.658.679-87 e RG nº 2.866.118/SC, denominada a empresa de **compromissária**, participando do ato a **Fundação do Meio Ambiente de Camboriú - FUCAM**, autarquia municipal inscrita no CNPJ/MF nº 17.470.060/0001-70, com sede na Rua Coronel Benjamin Vieira, 456, Centro, Camboriú/SC, neste ato representada por **Liara Rotta Padilha Schetinger**, Presidente da Fundação, nos autos do Inquérito Civil nº 06.2019.00000461-5, tem entre si justo e acertado o seguinte:

CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público, em razão do art. 129, inciso III, da Constituição Federal e art. 5º, inciso I, da Lei nº 7.347/85, promover o Inquérito Civil e a Ação Civil Pública para defesa dos interesses metaindividuais, mormente a proteção do meio ambiente e outros interesses difusos e coletivos;

CONSIDERANDO que o art. 225, da Constituição Federal assegura que *Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do*

povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações;

CONSIDERANDO que os bens ambientais não se reduzem à vida humana, mas a outras formas orgânicas a serem respeitadas por imposição normativa constitucional;

CONSIDERANDO a possibilidade de o Ministério Público tomar compromisso de ajustamento das condutas às exigências legais, mediante cominações, que terá eficácia de título executivo extrajudicial, a teor do art. 5º, § 6º, da Lei nº 7.347/85;

CONSIDERANDO que as condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, às sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados, com fulcro nos artigos 2º e 3º, da Lei nº 9.605/98;

CONSIDERANDO que esta Promotoria de Justiça recebeu a informação oriunda da Fundação do Meio Ambiente de Camboriú - FUCAM, de que a empresa Serraria Braço de Camboriú Ltda. ME possui diversas irregularidades ambientais, mormente a desobediência à área de preservação permanente de curso d'água, sendo que o empreendimento foi instalado parcialmente em tal área, a teor da Lei Federal nº 12.651/2012;

CONSIDERANDO que o empreendimento está localizado em Zona de Preservação Permanente (ZPP), conforme consulta de viabilidade emitida em 09/10/2017 (Protocolo 2665/2017), sendo que parte do imóvel encontra-se também em Zona Multifuncional Rural (ZMR), conforme consta à fl. 33;

CONSIDERANDO que, conforme o Cadastro de Pessoa Jurídica (CNPJ) da empresa Serraria Braço de Camboriú, a atividade encontra-se ativa no endereço em questão desde 29/01/2009, consoante consta à fl. 21;

CONSIDERANDO que, conforme informação repassada pelo proprietário e, ainda, contida na consulta de viabilidade, a atividade está em funcionamento desde 1987,

ou seja, é exercida naquele local há mais de 30 (trinta) anos;

RESOLVEM

Celebrar o presente Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta, em caráter irrevogável, com a finalidade de comprometer-se a empresa a efetivar as medidas ecológicas e compensatórias para a melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente por meio do Projeto de Recuperação de Área Degradada e Projeto de Compensação Ambiental, bem como adoção de controles ambientais da atividade, nos seguintes termos:

I - DO OBJETO

Cláusula Primeira: O presente compromisso de ajustamento de conduta tem como objeto a adequação da Compromissária às normas ambientais vigentes, não obstante a situação existente há vários anos no local, visando a possibilidade de compensação ambiental em razão da recuperação parcial da área de APP degradada;

II - DAS OBRIGAÇÕES DO COMPROMISSÁRIO

Cláusula Segunda: A Compromissária executará as obras e atividades abaixo discriminadas, com a finalidade de realizar a reparação das áreas degradadas, destinadas a preservação do meio ambiente e a compensação ambiental por intervenção em Área de Preservação Permanente (APP), conforme aduz o art. 7º e seguintes, do Código Florestal Brasileiro, ou seja, a Lei nº 12.651/2012;

Parágrafo Primeiro: Em até 60 (sessenta) dias, a Compromissária deverá apresentar o Plano de Recuperação de Área Degradada (PRAD), com manutenção periódica mínima de 3 (três) anos, elaborado por profissional legalmente habilitado, com emissão de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), numa faixa de no mínimo 15 (quinze) metros do curso d'água existente no respectivo imóvel;

Parágrafo Segundo: Em até 60 (sessenta) dias, a Compromissária deverá

realizar o cercamento e identificação do local como APP;

Parágrafo Terceiro: Em até 90 (noventa) dias, a Compromissária deverá realizar a demolição das construções irregulares situadas em uma distância inferior a 15 (quinze) metros do curso d'água;

Parágrafo Quarto: Em até 90 (noventa) dias, a Compromissária deverá iniciar a execução do Plano de Recuperação de Área Degradada aprovado pela FUCAM;

Parágrafo Quinto: Em até 45 (quarenta e cinco) dias, a Compromissária deverá realizar compensação pelo uso de APP de curso d'água de 30 metros;

III - DA COMPENSAÇÃO AMBIENTAL

Cláusula Terceira: Como forma de compensação ambiental pelo uso da área de preservação permanente inferior a 30 (trinta) metros, o que contraria os preceitos do Código Florestal - Lei nº 12.651/2012, fica estabelecido que a empresa fará a aquisição de um drone modelo DJI Phantom 4 Pro, que será doado, mediante termo, para a Fundação do Meio Ambiente de Camboriú (FUCAM), para uso em suas operações técnicas;

IV - DO CUMPRIMENTO

Cláusula Quarta: Independentemente da atividade de monitoramento e fiscalização a ser exercida pela FUCAM, obriga-se a Compromissária a apresentar relatórios instruídos com ilustração fotográfica e demais elementos adequados para comprovar que as obrigações assumidas foram cumpridas;

V - DO DESCUMPRIMENTO

Cláusula Quinta: O descumprimento injustificado, integral ou parcial, ou a violação das obrigações especificadas neste Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta implicará, a título de cláusula penal, o pagamento de multa diária, no valor de R\$

100,00 (cem reais), enquanto a Compromissária estiver em desacordo com as obrigações assumidas, sem prejuízo da obrigação de recuperar o dano ambiental causado, exigíveis dela enquanto perdurarem as violações, sendo que o descumprimento implicará no imediato vencimento das demais parcelas, permitindo a execução e protesto de todo o valor da multa;

Parágrafo único: A multa, se houver o descumprimento do acordo, será recolhida ao Fundo Estadual para Reconstituição de Bens Lesados, disciplinado pelo Decreto nº 1.047/87, valor a ser pago em espécie, mediante Guia de Depósito devidamente identificada, na conta corrente nº 63.000-4, do Banco do Brasil, agência nº 3582-3 - CNPJ nº 76.276.849/0001-54;

VI - DA EXECUÇÃO

Cláusula Sexta: O presente Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta tem eficácia de título executivo extrajudicial, nos termos do art. 5º, § 6º, da Lei Federal nº 7.347/85, do art. 784, incisos II e IX, do Código de Processo Civil e do art. 146, § 4º, inciso II, do Decreto Federal nº 6.514/08 e, caso haja a comprovada inexecução dos compromissos previstos nas cláusulas deste acordo, será facultada ao Ministério Público a imediata execução judicial do presente título nos moldes acima previstos;

VII - DO MONITORAMENTO E FISCALIZAÇÃO

Cláusula Sétima: A Compromissária executará as atividades constantes na cláusula primeira sem prejuízo das prerrogativas do poder de polícia a ser exercido pela FUCAM como decorrência do cumprimento da legislação ambiental em vigor;

Parágrafo Primeiro: A celebração deste Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta não impede a aplicação de quaisquer sanções administrativas e judiciais diante de eventual descumprimento pela Compromissária das normas ambientais;

VIII - DA POSSIBILIDADE DE REVISÃO

Cláusula Oitava: As partes poderão rever o presente ajuste, mediante termo aditivo, que poderá incluir ou excluir medidas que tenham por objetivo o seu aperfeiçoamento e/ou se mostrem tecnicamente necessárias;

IX - DO FORO

Cláusula Nona: Fica eleito o Foro da Comarca de Camboriú/SC, com exclusividade, para dirimir possíveis divergências entre as partes;

X - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula Décima: O ajuste entrará em vigor a partir da data da assinatura.

Por estarem compromissados, firmam este Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta, que terá eficácia de título executivo extrajudicial, nos termos do art. 5º, § 6º, da Lei nº 7.347/85.

Camboriú, 13 de junho de 2019.

Andrea Gevaerd
Promotora de Justiça

Laerte Santos Dalago
Compromissário

Liara Rotta Padilha Schetinger
Presidente da FUCAM

Testemunhas:

Maria Anita Decker
CPF nº 060.865.059-50

Suelen de Souza
CPF nº 066.413.609-54